



Dismitir as dras. e ons.
Deputados, bem como, ao Governo.
19-04-2023
Fernando Gomes




Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores


**Assunto: Propostas de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII –
“Construir 2030 – Dinamização do Investimento sustentável e integrado”.**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, nos termos regimentais aplicáveis, as seguintes propostas de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores


(António Lima)


(Vera Pires)

Horta, 19 de abril de 2023

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Nos termos e disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta as seguintes propostas de alteração à proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – “Construir 2030 – Dinamização do Investimento sustentável e integrado”.

“Artigo 3.º

[...]

1 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

k) [...]

l) [...]

m) [...]

n) [...]

o) [...]

p) [...]

q) [...]

r) [...]

s) [...]

t) [...]

u) [...]

v) [...]

w) [...]

x) [...]

z) [...]

aa) “Comissão de Acompanhamento”, comissão com competências de acompanhamento da execução dos projetos.

2 - [...]

Artigo 4.º

Objetivos

O Construir 2030 tem como objetivos gerais:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) **Garantir que o setor do turismo se enquadra numa estratégia de desenvolvimento integrado e assume-se como atividade económica não massificada, adequada ao território de cada uma das nove ilhas, que obedece a limites e regras de crescimento definidas em instrumentos de ordenamento do território e que promove a melhoria das condições de trabalho na região.**
- e) [...]
- f) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) [...]
- j) **Promover a estabilidade no emprego e combater a precariedade em todas as áreas da economia regional.**
- k) **Garantir a efetiva igualdade de género no emprego na economia regional.**

Artigo 7.º

[...]

1 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

2 – [...]

3 – [...]

4 – Não são admitidos projetos em áreas de negócio coincidentes com serviços públicos essenciais, nomeadamente atividades de saúde humana e educação de natureza privada.

5 – Não são admitidos projetos que aumentem o número de camas na região até à conclusão da revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A.

Artigo 15.º

[...]

1 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

k) [...]

l) [...]

m) [...]

n) [...]

o) [...]

p) [...]

q) [...]

r) [...]

s) Celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado com, pelo menos, 90 % dos seus trabalhadores previstos no projeto, ou 80 % no caso das micro e pequenas empresas, sendo o arredondamento feito por excesso.

t) Garantir a efetiva igualdade salarial entre homens e mulheres conforme definido pela Convenção (Nº 100) da Organização Internacional do Trabalho.

u) Garantir a aplicação de condições de trabalho, nomeadamente remunerações, subsídios, carreira, férias, dias de descanso, horário de trabalho, entre outras, idênticas ou mais favoráveis ao trabalhador do que aquelas previstas em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor de atividade da entidade beneficiária na região.

v) anterior s)

w) anterior t)

x) anterior u)

y) anterior v)

z) Utilizar, preferencialmente, produtos endógenos no desenvolvimento dos projetos.

2 – Por motivos associados à sazonalidade de atividades que resultem no reforço de encomendas, ou outros fatores que redundem num acréscimo de laboração e o consequente aumento do número de trabalhadores, a obrigatoriedade assumida na alínea s) do número anterior pode não ser observada, por períodos nunca superiores a três meses por ano, condição obrigatoriamente comunicada, com a devida justificação, à entidade gestora;

3 – Na ocorrência de doença prolongada do trabalhador ou licenças e dispensas relacionadas com a proteção na parentalidade previstas no artigo 35.º do Código do Trabalho, este pode ser substituído pelo tempo do seu impedimento, de forma temporária, por outro trabalhador com contrato a termo certo, após comunicação de tal condição à entidade gestora, no prazo de quinze dias úteis;

4 – Os dados relativos aos salários dos trabalhadores são remetidos, para além da entidade gestora, à Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores.

5 – O incumprimento das obrigações da entidade beneficiária, bem como a inexistência ou perda de qualquer dos requisitos de concessão do apoio, **determinam a redução em pelo menos 20% do valor do apoio** ou revogação do mesmo.

Artigo 20.º

[...]

1 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

k) Acompanhar a execução dos projetos, promover a verificação física dos investimentos, assim como acompanhar a efetiva criação, preenchimento e manutenção dos postos de trabalho previstos no projeto/atividade, incluindo a verificação dos respetivos contratos de trabalho;

l) [...]

m) [...]

n) [...]

o) [...]

p) [...]

q) [...]

2 – [...]

Artigo 21.º

[...]

O acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos são efetuados pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de competitividade e empreendedorismo responsável pela concessão do incentivo, pela Autoridade de Gestão e por quaisquer outras entidades integradas no sistema de controlo adotado para o período de programação 2021-2027, **em articulação com a Comissão de Acompanhamento.**

Artigo 22.º

[...]

1 – O Governo Regional disponibiliza anualmente, até ao dia 31 de março, nomeadamente através de divulgação eletrónica no Portal do Governo Regional, um relatório de todos os incentivos atribuídos ao abrigo do presente diploma no ano anterior, de onde consta obrigatoriamente:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Número de postos de trabalho a criar, respetivas categorias profissionais e vínculo laboral;

e) [...]

f) [...]

g) Atividade económica do projeto.

2 – Nos casos em que haja postos de trabalho resultantes do projeto há, obrigatoriamente, monitorização e publicação anual no Portal do Governo Regional, durante os cinco anos subsequentes ao início do projeto do número de postos de trabalho preenchidos e dos vínculos contratuais estabelecidos no âmbito do projeto, assim como a avaliação quanto ao cumprimento das obrigações dispostas nas alíneas s), t) e u) do número 1 do artigo 15.º.”

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Nos termos e disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta as seguintes propostas de aditamento à proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – “Construir 2030 – Dinamização do Investimento sustentável e integrado”.

Artigo 21.º - A

Comissão de Acompanhamento

1 – Para efeitos de acompanhamento da execução dos sistemas de incentivos é criada a Comissão de Acompanhamento.

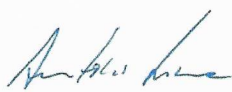
2 – A Comissão de Acompanhamento é composta pelos seguintes elementos:

- a) O diretor regional com competência em matéria de apoio ao investimento e competitividade, que preside;
- b) Diretor regional com competência em matéria de emprego e qualificação profissional;
- c) Diretor regional com competência em matéria de turismo;
- d) Diretor regional com competência em matéria de ciência e tecnologia;
- e) Diretor regional com competência em matéria de energia;
- g) Dois representantes da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores;
- h) Um representante da Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores;
- i) Um representante de cada uma das centrais sindicais;
- j) Um representante da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores;
- k) Um representante da Inspeção Regional do Trabalho;


I) Um representante do Conselho Económico e Social dos Açores.

3 – A Comissão de Acompanhamento prevista no número anterior reúne, ordinariamente, com periodicidade semestral, podendo reunir, extraordinariamente, mediante pedido de qualquer dos seus elementos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Vera Pires)

Horta, 19 de abril de 2023